

Faculdade de Economia

Despacho n.º 12 671/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Maio de 2005 do director da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, proferido por delegação de competências:

Doutor Luís Miguel Tavares de Almeida Costa, professor associado desta Faculdade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 4 a 6 de Maio de 2005.

19 de Maio de 2005. — A Secretária, em substituição, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

Despacho n.º 12 672/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Maio de 2005 do director da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, proferido por delegação de competências:

Doutora Susana Maria Fernandes Peralta Perelman, professora auxiliar convidada desta Faculdade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 23 de Maio a 8 de Junho de 2005.

19 de Maio de 2005. — A Secretária, em substituição, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Aviso n.º 5733/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 28.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/88, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, devidamente autorizado por despacho de 28 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Porto, se encontra aberto concurso externo de ingresso para admissão de quatro estagiários da carreira técnica superior (área de apoio ao ensino e à investigação científica) com vista ao provimento como técnico superior de 2.ª classe (área de apoio ao ensino e à investigação científica) do quadro da Direcção de Sistemas e Tecnologias da Informação desta Universidade.

2 — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3 — Somente serão admitidos a estágio quatro candidatos.

4 — O presente concurso é válido para os lugares indicados, caducando com o seu preenchimento.

5 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, foi consultada a Direcção-Geral da Administração Pública, que informou não existir pessoal em situação de inactividade colocável.

6 — A abertura de concurso externo é fundamentada no disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, e considerando não ter sido atingido o número máximo de não docentes padrão fixados pelo despacho do Ministro da Educação n.º 5425/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 14 de Março de 2005.

7 — O provimento como estagiário será feito em comissão de serviço extraordinária, nos termos do artigo 24.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, no caso dos funcionários, ou em contrato administrativo de provimento, nos termos do artigo 15.º, n.º 2, alínea c), do mesmo diploma, no caso dos agentes e do pessoal não vinculado.

8 — O estágio terá a duração de um ano, findo o qual será atribuída ao estagiário a respectiva classificação.

9 — A tudo o que não estiver previsto neste aviso são aplicáveis as disposições do citado Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Compete genericamente ao estagiário da carreira técnica superior (área de apoio ao ensino e à investigação científica) da Direcção de Sistemas e Tecnologias da Informação o exercício de funções consultivas de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos no âmbito das atribuições do mesmo serviço, previstas no artigo 26.º da deliberação n.º 511/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 24 de Abril de 2004.

10.1 — Para o exercício das mesmas funções são necessários conhecimentos aprofundados em ensino à distância, tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica, tecnologia multimédia, uso pedagógico de objectos de aprendizagem (*learning objects*), normas SCORM (*Scalable Content Object Reference Modal*) de produção de conteúdos reutilizáveis, administração de sistemas de gestão de aprendizagem (LMS) e dinâmica de grupos.

11 — À categoria em apreço cabe o vencimento de acordo com a tabela fixada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro,

com possibilidade de opção nos termos do artigo 5.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, no caso do pessoal com vínculo à função pública, bem como os demais direitos e regalias em vigor para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública, devendo as funções ser exercidas no edifício da Reitoria, à Rua de D. Manuel II, nesta cidade.

12 — São requisitos de admissão a concurso:

12.1 — Requisitos gerais — encontrar-se nas condições previstas no artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12.2 — Requisitos especiais — possuir licenciatura numa das seguintes áreas: Informática, Jornalismo e Comunicação, Química, Biologia e Microbiologia ou Literaturas e Línguas.

12.3 — Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio, os funcionários admitidos nos serviços e organismos da administração pública central através de concurso externo ao abrigo de quota de descongelamento ou os que tendo sido admitidos na função pública por contrato administrativo de provimento tenham sido providos em lugar do quadro, em ambos os casos depois da entrada em vigor do referido diploma legal, só podem ser opositores ao presente concurso após um período mínimo de três anos em lugar do quadro de pessoal do serviço ou organismo para onde foram recrutados.

13 — Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

13.1 — Avaliação curricular (AC):

13.1.1 — São factores de avaliação:

- Nível de habilitações literárias;
- Experiência profissional;
- Formação profissional.

13.1.2 — A classificação da avaliação curricular será pontuada de 0 a 20 valores.

13.2 — Prova de conhecimentos (PC):

13.2.1 — Provas teóricas escritas, de conhecimentos específicos, com a duração máxima de duas horas, de acordo com o programa de provas aprovado pelo despacho conjunto n.º 299/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 8 de Abril, com o seguinte teor:

Tema B — Sistemas *e-learning*:

- Organização da informação; estruturas de dados;
- Sistemas de gestão de bases de dados;
- Sistemas de gestão de aprendizagem;
- Estatística e metodologia de investigação em educação;
- Linguagens de programação e para a *Web*;
- Tecnologia da comunicação multimédia;
- Redes de comunicação e serviços multimédia.

13.2.2 — A prova de conhecimentos específicos é eliminatória, sendo pontuada numa escala de 0 a 20 valores.

13.2.3 — Será eliminado, não passando à fase seguinte, o candidato que na prova obtiver classificação inferior a 9,5 valores.

13.3 — Entrevista profissional de selecção (EPS):

13.3.1 — Na entrevista profissional de selecção, os factores a considerar serão os seguintes:

- Presença ou forma de estar;
- Cultura geral e experiência profissional;
- Capacidade de expressão e fluência verbais;
- Sentido crítico e motivação para a área profissional.

13.3.2 — A classificação da prova de entrevista profissional de selecção será pontuada de 0 a 20 valores.

14 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção.

15 — A avaliação e a classificação final do estágio serão feitas através de avaliação curricular pelo júri do estágio, constituído pelos membros do júri do presente concurso, na qual serão ponderados os seguintes factores:

- O relatório do estágio, a apresentar pelo interessado no prazo de 15 dias após o termo do estágio;
- A classificação de serviço atribuída durante o período de estágio;
- Os resultados da frequência de cursos de formação profissional que eventualmente tenham tido lugar.

16 — Candidatura:

16.1 — De harmonia com as disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, deverão os candidatos entregar pessoalmente ou remeter pelo correio, com aviso de recepção, à reitoria da Universidade, sita na Rua de D. Manuel II, 4050-345 Porto, requerimento dirigido ao reitor da Universidade do Porto, dele constando os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de

identidade e serviço que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);

- b) Habilitações literárias;
- c) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidatam;
- d) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.

16.2 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade de cidadão nacional;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias exigidas;
- c) *Curriculum vitae* detalhado;
- d) Declaração do candidato, sob compromisso de honra, isolada ou no requerimento de candidatura, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais de provimento.

16.3 — A não apresentação dos documentos exigidos implica, nos termos do disposto no artigo 31.º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a exclusão dos candidatos.

17 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Reitoria da Universidade, sita na Rua de D. Manuel II, 4050-345 Porto.

18 — O júri terá a seguinte constituição, cabendo ao 1.º vogal efectivo a substituição do respectivo presidente nas suas faltas e impedimentos:

Presidente — Doutora Lígia Maria da Silva Ribeiro, vice-presidente do Instituto de Recursos e Iniciativas Comuns da Universidade do Porto.

Vogais efectivos:

- 1.º Prof. Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos, vice-reitor da Universidade do Porto.
- 2.º Doutora Maria Filomena Jordão Morais, professora auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Vogais suplentes:

- 1.º Prof. Doutor Álvaro Coelho Pinto de Aguiar, pró-reitor da Universidade do Porto.
- 2.º Arnaldo António Gomes de Azevedo, director de serviços da Direcção de Serviços de Pessoal e Expediente da Reitoria da Universidade do Porto.

19 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 de Maio de 2005. — O Vice-Reitor, *Francisco Ribeiro da Silva*.

Deliberação n.º 766/2005. — Por deliberação da secção permanente do senado, em reunião de 6 de Abril de 2005, sob proposta do conselho científico da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, foram aprovados os planos de estudos dos perfis de especialização relativos ao curso de mestrado em Engenharia Mecânica, da Faculdade de Engenharia desta Universidade, para a edição de 2005-2007:

Plano de estudos do perfil de Climatização

1.º ano — Parte escolar — Ano lectivo de 2005-2006

Disciplinas	H	T	TP	P	ECTS	UC
1.º semestre						
Qualidade do Ambiente Interior	24	20	4	0	5	1,5
Simulação e Dimensionamento de Sistemas AVAC	24	20	4	0	5	1,5
Eficiência Energética e Sustentabilidade dos Edifícios	24	20	4	0	5	1,5
Auditorias e Certificação Energética de Edifícios	24	20	4	0	5	1,5
Opção 11 (*)	48	40	8	0	7,5	3
Opção 12 (*)	48	40	8	0	7,5	3
2.º semestre						
Seminário de Climatização	48	0	0	48	10	1,5
Integração de Energias Renováveis e Novas Tecnologias Energéticas nos Edifícios	24	20	4	0	5	1,5
Complementos em Física dos Edifícios	24	20	4	0	5	1,5
Opção 21	24	20	4	0	5	1,5
<i>Total</i>	312	220	44	48	60	18

(*) Ver notas comuns a todos os perfis.

Opção 11 e opção 12 — escolher duas das seguintes disciplinas:

- Térmica de Edifícios;
- Climatização (a);
- Métodos Experimentais em Fluidos e Calor;
- Gestão de Energia Térmica (a);
- Energias Renováveis (a).

(a) Oferecida no 2.º semestre.

Opção 21 — a escolher entre as seguintes disciplinas:

- Ensaio e Manutenção de Instalações AVAC;
- Gestão, Controlo e Segurança de Sistemas AVAC.

Seminário de Climatização — temas de a escolher entre:

- Climatização com Baixo Consumo Energético;
- Climatização de Espaços com Exigências Especiais.

Outros temas de seminário poderão ser possíveis mediante aprovação da comissão científica do curso.

2.º ano — Dissertação de mestrado — Ano lectivo de 2006-2007

Plano de estudos do perfil de Construções Mecânicas

1.º ano — Parte escolar — Ano lectivo de 2005-2006

Disciplinas	H	T	TP	P	ECTS	UC
1.º semestre						
Métodos de Aproximação em Engenharia	24	20	4	0	5	1,5
Mecânica dos Sólidos Não-Linear	24	20	4	0	5	1,5